

ÍNDICE

CAPÍTULO 1

DO INQUÉRITO POLICIAL

1. Razão de ser do inquérito	1
2. Inquéritos extrapoliciais. Funções da Polícia Civil	2
3. Fixação das atribuições da Polícia Civil	2
4. Finalidade do inquérito policial	3
5. Caracteres do inquérito policial	3
6. Diligências que podem ser determinadas no curso da investigação policial	4
7. Prazo para a conclusão do inquérito	8
8. Pode a autoridade policial arquivar autos do inquérito?	9
9. É indispensável o inquérito?	9
10. Qualificação direta ou indireta do indiciado	10
11. O relatório	10
12. A condução coercitiva do indiciado	10
13. Como se inicia o inquérito policial?	11
14. Como saber se tal ou qual crime é de ação pública incondicionada ou condicionada ou de ação privada?	12
15. Como se inicia o inquérito policial nos crimes de ação pública incondicionada?	15
16. Modelo de portaria. Observações	16
17. Modelo de requisição do Promotor de Justiça. Observações ...	18
18. Modelo de requisição do Juiz. Observações	19
19. Modelo de requerimento da vítima. Observações	21
20. Modelo de representação (reduzida a termo). Observações .	27
21. Modelo de representação feita por procuração. Modelo de procuração. Observações	28
22. Modelo de requerimento para instaurar inquérito em crime de ação privada. Modelo de procuração. Observações	30

CAPÍTULO 2

DA PRISÃO EM FLAGRANTE

1. O auto de prisão em flagrante como peça inicial do inquérito. Modelo	38
---	----

2. Sentido da expressão “flagrante delito”	42
3. Fundamento atual	42
4. Fundamento anterior	45
5. As modalidades de flagrante	47
6. Sujeito ativo e sujeito passivo da prisão em flagrante	49
7. A prisão em flagrante como ato administrativo	51
8. A prisão em flagrante nos crimes de ação pública condicionada à representação e nos crimes de ação privada	51
9. Como se lavra um auto de prisão em flagrante	51
10. Providências imediatas a serem tomadas após a lavratura do auto	53
11. Prazo para a conclusão do inquérito iniciado por auto de prisão em flagrante	57
12. O curador do indiciado menor no auto de prisão em flagrante	57
13. O flagrante nos crimes permanentes e nos crimes habituais ...	58
14. Se depuser no auto apenas uma testemunha, será válida a peça coercitiva?	59
15. Observações sobre a prisão em flagrante	59
16. Flagrante preparado e flagrante esperado	65

CAPÍTULO 3

DA JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

1. Etimologia. Noções	71
2. Conceito	74
3. A função de julgar é exclusiva do Poder Judiciário?	74
4. Característicos	76
5. Princípios	77
6. Divisão da jurisdição	79
7. Competência	82
8. Delimitação do poder de julgar	83
9. Onde a causa penal deve ser julgada?	85
10. Prerrogativa de função	90
10.1. Supremo Tribunal Federal	91
10.2. Superior Tribunal de Justiça	93
10.3. Superior Tribunal Militar	95
10.4. Tribunal Superior Eleitoral	95
10.5. Tribunais Regionais Eleitorais	96
10.6. Tribunais Regionais Federais	98
10.7. Tribunais de Justiça	100

10.8. Nosso entendimento quanto à competência originária <i>ratione personae vel muneris</i> dos Tribunais de Justiça.....	107
10.9. Crime praticado fora do Estado onde o beneficiário de foro privativo exerce suas atividades	109
10.10. Competência originária mesmo cessada a função	110
10.11. Problemas especiais	119
11. Conexão e continência	121

CAPÍTULO 4

DA AÇÃO PENAL

1. Direito de ação	131
2. O processo	132
3. O processo, forma civilizada para a composição dos litígios .	134
4. Ação penal: conceito	135
5. Classificação subjetiva da ação penal	135
6. Da ação penal pública incondicionada	136
7. Ação penal pública incondicionada: princípios	137
8. Da ação penal pública condicionada	141
9. Crimes contra a honra cometidos contra funcionário público em razão da função	154
10. Requisição do Ministro da Justiça	157
11. Como se inicia a ação penal: mediante denúncia ou queixa .	161
12. As condições da ação: possibilidade jurídica do pedido, legitimidade para agir e interesse de agir	163
13. Condições específicas da ação	165
14. Rejeição da denúncia ou queixa	167
15. Que providências podem ser tomadas quando o Juiz rejeita ou recebe a denúncia ou a queixa?	168
16. Pode o Promotor desistir da ação penal?	169
17. Como se instaura o processo	169
18. Quando o Promotor recebe autos de inquérito, que providências pode tomar?	170
19. Que deve conter a denúncia?	170
20. Modelo de denúncia	173
21. Observações práticas sobre a atividade do Promotor ao receber os autos do inquérito	174
22. Prazos para a denúncia	174

23. O despacho do Juiz recebendo a denúncia	176
24. Outras observações	178
25. Pedido de devolução dos autos à Polícia para novas diligências	180
26. Observações	181
27. Pode a autoridade policial deixar de realizá-la?	182
28. Pedido de arquivamento: modelo	182
29. Observações	183
30. Arguição de incompetência: modelo	188
31. Conflito de competência	188
32. Conflito de atribuições	195

CAPÍTULO 5

DA AÇÃO PENAL PRIVADA

1. Observações sobre a queixa	198
2. A decadência do direito de queixa	200
3. Procedimento do Juiz ao receber a queixa	203
4. A queixa nos crimes contra a honra. A perempção	205
5. O perdão	206
6. Caso a ofendida complete 18 anos e não exerça o direito de queixa, ao atingir os 19 pode seu representante legal, que soube tardiamente quem foi o autor do crime, oferecer queixa?	206
7. As custas do processo	207
8. Modelo de queixa	209
9. Modelo de procuração	210

CAPÍTULO 6

DA DEFESA PRÉVIA

1. É a defesa prévia obrigatória ou facultativa?	211
2. Exemplo de defesa prévia	212
3. Observações sobre a defesa prévia	213

CAPÍTULO 7

DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

1. O assistente de acusação	219
-----------------------------------	-----

2. Em que casos pode habilitar-se a vítima como assistente?	219
3. A função do assistente	220
4. Ouvida do Ministério Público	221
5. Cabe recurso do despacho do Juiz que admite o assistente? E se não o admitir?	221
6. Atividade do assistente	222
7. Em que hipóteses pode recorrer?	222
8. Prazo para a interposição de recurso pelo assistente	224
9. Pode o Poder Público intervir como assistente?	225
10. A intimação da sentença	226
11. Modelos de pedido de habilitação de assistente	226
12. Modelo de procuração	228

CAPÍTULO 8

DO INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO

1. O fato típico	229
2. A antijuridicidade	230
3. A culpabilidade	231
4. A imputabilidade	232
5. A importância do exame de sanidade	232
6. Critérios para aferir a inimputabilidade	233
7. Os menores de 18 anos	234
8. Os doentes mentais	234
9. A embriaguez	235
10. A fusão dos elementos etiológico e psicológico	237
11. Como se comprova a inimputabilidade?	237
12. Oportunidade para o exame de insanidade mental	239
13. Legitimidade	240
14. Procedimento	240
15. Formulação dos quesitos	242
16. A doença mental antes e depois da prática da infração	243
17. Fica o Juiz vinculado à perícia?	244

CAPÍTULO 9

DAS FORMAS PROCEDIMENTAIS

1. Conceito de procedimento	245
-----------------------------------	-----

2. Processo e procedimento	245
3. As alterações introduzidas no Processo Penal	247
4. Formas procedimentais	251
5. Procedimento na hipótese de foro pela prerrogativa de função	252
6. Procedimento na hipótese de foro sem prerrogativa de função	262
7. Procedimento-regra para os crimes apenados com reclusão	263
8. Suspensão condicional do processo	267
9. Crimes apenados com reclusão sujeitos a procedimentos especiais	281
10. Crimes da competência do Júri. A primeira fase	283
11. Impronúncia. Absolvição sumária e desclassificação	285
12. Pronúncia. Efeitos. Libelo. Contrariedade	288
13. A competência do Tribunal do Júri	300
14. O Júri e suas linhas estruturais. A soberania dos <i>veredicta</i>	300
15. Organização e funcionamento do Júri	313
16. Sentença condenatória. Sentença absolutória. Desclassificação	341
17. Modelo de sentença absolutória. Observação	342
18. Modelo de sentença condenatória. Observação	343
19. Modelo de sentença em caso de desclassificação. Observações	345
20. Questionário	350

CAPÍTULO 10

DOS OUTROS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PARA CRIMES APENADOS COM RECLUSÃO

1. O procedimento dos processos por crimes falimentares	365
2. O foro competente	366
3. Críticas e sugestões à nova Lei de Falências	371
4. O procedimento dos processos por crimes de imprensa	376
5. Os prazos prescricionais	377
6. O procedimento	379
7. Pode haver inquérito policial nos crimes de imprensa?	382
8. O procedimento dos processos por crimes eleitorais	383
9. O procedimento dos processos por crimes de responsabilidade de prefeitos municipais. Observação	386
10. Entorpecentes. Observações	389
11. Crimes de responsabilidade de funcionários públicos	392
12. Os crimes contra a fauna	393
13. Crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores ...	395

CAPÍTULO 11
DO PROCEDIMENTO PARA OS CRIMES
APENADOS COM DETENÇÃO

1. O procedimento comum para os crimes apenados com detenção. Observações	397
2. O procedimento na hipótese dos crimes apenados com detenção, cuja pena máxima não ultrapassar dois anos, subordinados ou não a procedimento especial. Observações	399
3. O procedimento sumariíssimo	410
4. Modelo de termo circunstanciado	412
5. O procedimento especial para os crimes apenados com detenção	413
6. O procedimento dos processos por crimes de abuso de autoridade	414
7. O procedimento nos crimes contra a economia popular. Observação	416
8. Crimes de imprensa apenados com detenção: procedimento ..	418
9. Crimes da competência do Júri apenados com detenção: procedimento	418
10. Crimes falimentares apenados com detenção: procedimento	419
11. Crimes contra a propriedade imaterial: procedimento	419
12. Crimes de responsabilidade cometidos por funcionário público, quando afiançáveis (punidos ou não com detenção): procedimento	423
13. Crimes contra a honra: procedimento	426
14. Entorpecentes	433
15. Crimes da Lei das Licitações	433

CAPÍTULO 12
DO PROCEDIMENTO CONTRAVENCIONAL

1. Preliminares	435
2. O procedimento comum para as contravenções segundo o CPP	436
3. O novo rito	437
4. Quando se utiliza o procedimento previsto no CPP	438
5. O procedimento especial	439

6. Pode qualquer do povo provocar a iniciativa do Promotor na contravenção do jogo do bicho? E se o Promotor requerer o arquivamento das informações?	440
7. O procedimento das contravenções eleitorais. Observações .	441

CAPÍTULO 13

DAS ALEGAÇÕES

1. Alegações finais: exemplo	444
2. Observações sobre as alegações finais	446
3. As alegações orais, ou debates, nos denominados “processos sumários”. Observações	448

CAPÍTULO 14

DA PRISÃO E DA LIBERDADE PROVISÓRIA

1. Da prisão provisória	451
2. Quando é necessária a prisão processual?	453
3. A prisão decorrente de pronúncia e de sentença penal condenatória recorrível	455
4. Da prisão preventiva	457
5. Da prisão temporária	461
6. Anotações sobre o flagrante	465
7. Da liberdade provisória	466
8. Da fiança. As hipóteses de inafiançabilidade	468
9. Limites da fiança	474
10. Autoridade competente para arbitrar o valor da fiança	475
11. Extinção	476
12. Fiança sem efeito e fiança inidônea	476
13. Reforço	477
14. Fiança sem objeto	477
15. Condenação	478
16. Execução	478

CAPÍTULO 15

DA SENTENÇA

1. Sentença absolutória: exemplo	479
--	-----

2. Sentença condenatória: exemplo	480
3. Observações sobre a sentença	482

CAPÍTULO 16 DO LIBELO

1. Noções sobre o libelo	499
2. Pode a pronúncia, após a preclusão <i>pro judicato</i> , ser alterada?	500
3. Exemplo de libelo	500
4. Observações sobre o libelo	501
5. Libelo em série. Observações	502
6. Outros modelos. Observações	503
7. Contrariedade do libelo. Observações	505

CAPÍTULO 17 DAS NULIDADES

1. Noções preliminares	507
2. Ato inexistente	507
3. Atos nulos e irregulares	508
4. A nulidade	509
5. Atos essenciais	509
6. Formalidades essenciais	510
7. A classificação dos atos e das formalidades	511
8. Incompetência, suspeição e suborno do Juiz	511
9. Ilegitimidade de parte	512
10. Relação dos atos estruturais	513
11. Nulidades absolutas e relativas no CPP	517
12. Momento para a arguição da nulidade	519
13. Poderá o Juiz, sem provocação, conhecer da nulidade?	520
14. Quem pode arguir a nulidade?	520
15. Modos de sanabilidade	521
16. Pode haver nulidade em inquérito?	521

CAPÍTULO 18 DOS RECURSOS

1. Conceito. Generalidades	523
----------------------------------	-----

2. Fundamento	525
3. Pressupostos lógico e fundamental	526
4. Classificação da sucumbência	527
5. Pressupostos recursais objetivos	532
6. Pressupostos recursais subjetivos	541
7. Juízo de admissibilidade, ou prelibação	542
8. Extinção anormal dos recursos	542
9. Classificação dos recursos. Recursos ordinário, extraordinário e especial	544
10. Recursos voluntários e necessários	544
11. Efeitos dos recursos	547
12. Unirrecorribilidade	550

CAPÍTULO 19

DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

1. Exemplo de interposição	552
2. Exemplo de razões. Observação	553
3. Considerações	555
4. O recurso em sentido estrito	557
5. É taxativa a enumeração feita pelo art. 581?	558
6. Como pode ser feita a interposição do recurso em sentido estrito?	559
7. O recurso em sentido estrito sobe nos próprios autos ou em separado?	559
8. Prazo para razões e contra-razões	560
9. Pode o Juiz retratar-se?	561
10. E se o Juiz retroceder, poderá a parte contrária recorrer?	562
11. A quem é endereçado o recurso em sentido estrito?	563
12. Quando o recurso em sentido estrito deve ser endereçado ao Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Federal ou Tribunal Regional Eleitoral?	563
13. É o recurso em sentido estrito sempre endereçado ao Tribunal de Justiça?	564
14. As decisões que comportam recurso em sentido estrito	565
15. Modelo de interposição de recurso “por termo nos autos” (recurso interposto oralmente)	572
16. Efeitos	573
17. Recurso <i>secundum eventum litis</i> e recurso <i>pro et contra</i>	574

CAPÍTULO 20

DO RECURSO DE APELAÇÃO

1. Exemplo de interposição de recurso de apelo	576
2. Exemplo de razões. Observação	577
3. Exemplo de contra-razões	579
4. Noções	587
5. Quais as decisões que comportam o recurso de apelação?	588
6. Comporta toda sentença absolutória ou condenatória o recurso de apelo?	590
7. Como se interpõe a apelação?	590
8. O prazo para a interposição da apelação e a sua contagem ..	590
9. Se o Juiz denegar o recurso de apelo, que providência poderá ser tomada? Prazo para as razões e contra-razões	592
10. Quando da interposição de recurso nas razões ou contra-razões podem ser juntados documentos?	593
11. Pode o apelante protestar pelo oferecimento das suas razões na Superior Instância?	594
12. A quem é endereçado o recurso de apelo?	596
13. Apelação plena e limitada	596
14. Prazo para a remessa dos autos à Superior Instância	598
15. Pressupostos próprios do recurso de apelo	598
16. Extinção anormal da apelação	607
17. Em qualquer apelação, funciona o juízo <i>ad quem</i> sempre como <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i> ?	610
18. A apelação sobe nos próprios autos?	614
19. O § 4º do art. 593	614
20. A apresentação de razões na Superior Instância somente é possível na apelação?	614
21. Apelação sumária e apelação ordinária	615
22. Efeitos do recurso de apelação	615
23. Tem a apelação do assistente efeito suspensivo?	617
24. A proibição da <i>reformatio in pejus</i>	617

CAPÍTULO 21

DO PROTESTO POR NOVO JÚRI

1. Modelo de interposição	625
2. Noções	625

3. É exclusivo da defesa?	626
4. Quando cabe	626
5. Se a pena for aumentada em grau de recurso, caberá o protesto?.....	627
6. Pode a defesa protestar e apelar?	629
7. Quantas vezes pode o réu protestar por novo Júri?	630
8. Realizado o segundo julgamento, pode o Tribunal do Júri impor pena superior àquela imposta no primeiro julgamento? ..	631
9. Razão histórica do protesto	632
10. Se o Juiz não receber o protesto, que providência poderá ser tomada?	633
11. Pode o jurado que participou do julgamento anterior fazer parte do Conselho de Sentença no segundo julgamento?	634

CAPÍTULO 22

DOS EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE

1. Modelo de interposição com as respectivas razões. Observação	636
2. Modelo de parecer da Procuradoria de Justiça	638
3. Considerações preliminares	638
4. Os embargos infringentes e de nulidade	640
5. Prazo para a sua interposição e respectivo procedimento	641
6. São os embargos infringentes e de nulidade oponíveis contra qualquer decisão não unânime de segunda instância?	642
7. A particularidade dos embargos infringentes na Justiça Militar	643
8. Para a interposição dos embargos deve o réu recolher-se à cadeia?	644
9. Os embargos no STF	644
10. Os embargos no STJ	646
11. Embargos de divergência	646

CAPÍTULO 23

DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

1. Modelo	651
2. Generalidades	652
3. Quando podem ser opostos	653

4. A quem são dirigidos	653
5. Procedimento	653
6. Cabe recurso do despacho do Relator que indefere liminarmente o requerimento?	654
7. Quem pode interpor os embargos?	655
8. Quem os julga?	655
9. Os embargos na inferior instância	655
10. Retratabilidade	655
11. Suspendem o prazo de outro eventual recurso?	655
12. Extensão dos embargos declaratórios	656

CAPÍTULO 24

DA CARTA TESTEMUNHÁVEL

1. Exemplo de interposição de carta testemunhável. Observação	659
2. Exemplo de razões	660
3. Exemplo de contra-razões	662
4. Observações sobre a carta testemunhável	663
5. Se o recurso denegado for o extraordinário, caberá carta testemunhável?	664
6. O prazo para ser requerida a carta testemunhável	666
7. A obrigação do escrivão de fornecer recibo ao testemunhante	666
8. Tem a carta testemunhável efeito suspensivo?	667
9. Qual o procedimento da carta testemunhável na segunda instância?	667
10. Razões históricas da carta testemunhável	667
11. Como se conta o prazo	669

CAPÍTULO 25

DA CORREIÇÃO PARCIAL

1. Modelo	670
2. Exemplo de razões	671
3. Exemplo de contra-razões	672
4. Generalidades	673
5. Cabimento	673
6. Admite-se a correção no processo civil?	675

7. Origem	675
8. Surgimento da correição no Estado de São Paulo	676
9. É inconstitucional?	676
10. É recurso?	677
11. Procedimento	678

CAPÍTULO 26

DO “HABEAS CORPUS”

1. Exemplo de impetração de <i>habeas corpus</i> perante o Juiz de Direito	682
2. Considerações sobre o <i>habeas corpus</i>	683
3. Se o <i>habeas corpus</i> não é um recurso, qual a sua natureza jurídica?	685
4. A doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i>	687
4-A. Teoria brasileira do <i>habeas corpus</i> : exemplo	687
5. Pode o <i>habeas corpus</i> ser impetrado por qualquer pessoa?	690
6. Quando o Juiz, ao receber cópia do flagrante, relaxa a prisão, está concedendo <i>habeas corpus</i> de ofício?	691
7. Qual o órgão competente para conhecer do pedido de <i>habeas corpus</i> ?	691
8. A competência originária	692
9. A competência recursal	700
10. Se, impetrada a ordem de <i>habeas corpus</i> , o Tribunal denegá-la, que providência poderá ser tomada?	700
11. Podem os órgãos inferiores da Justiça Militar conhecer de pedidos de <i>habeas corpus</i> ?	702
12. Se o Tribunal Regional Eleitoral denegar a ordem de <i>habeas corpus</i> , que recurso será oponível?	702
13. Se o Tribunal de Justiça ou qualquer outro Tribunal (menos o Regional Eleitoral) denegar o recurso ordinário-constitucional, que providência poderá ser tomada?	702
14. Alguns casos de <i>habeas corpus</i>	703
15. As informações a serem prestadas pela autoridade coatora ..	704
16. Exemplos de <i>habeas corpus</i> impetrados ao Tribunal de Justiça ..	705
17. Observações sobre o <i>habeas corpus</i>	718
18. A sustentação oral do <i>habeas corpus</i>	719
19. Exemplo de <i>habeas corpus</i> impetrado ao STJ	719
20. Outras observações sobre o <i>habeas corpus</i>	720

21. Pode o pedido de <i>habeas corpus</i> ser reiterado?	721
22. Pode o <i>habeas corpus</i> beneficiar outras pessoas mesmo que não tenham impetrado a ordem?	722
23. E se o Tribunal conceder a ordem, poderá ser interposto recurso extraordinário?	722
24. Nas transgressões disciplinares cabe <i>habeas corpus</i> ?	723
25. E se o Presidente do Tribunal indeferir, liminarmente, a ordem de <i>habeas corpus</i> , que providência poderá ser tomada? ..	724
26. Pode ser impetrada ordem de <i>habeas corpus</i> contra ato do particular?	725
27. O <i>habeas corpus</i> preventivo e o liberatório	726
28. Finalidade do <i>habeas corpus</i>	730
29. Apresentação do paciente	730
30. Sanções	731
31. Pedido de informações	731
32. Intervenção do Ministério Público	731
33. Como pode ser impetrada a ordem?	732
34. Concessão	733
35. Não-cabimento	733
36. O direito protegido pelo <i>habeas corpus</i>	734
37. Foi a palavra "iminência", contida no corpo do art. 647 do CPP, abolida pela Constituição?	735
38. Liminar em <i>habeas corpus</i>	736

CAPÍTULO 27

DO RECURSO ORDINÁRIO-CONSTITUCIONAL

1. Exemplo de interposição	738
2. Exemplo das razões	738
3. Os três tipos de recurso ordinário-constitucional	741
4. O recurso criminal ordinário-constitucional, na hipótese do art. 102, II, <i>b</i> , da Magna Carta	741
5. O recurso ordinário-constitucional	744
6. Procedimento	745

CAPÍTULO 28

DA REVISÃO CRIMINAL

1. Exemplo de propositura de revisão criminal	747
---	-----

2. Apresentada a petição, que providência deve ser tomada?	749
3. Generalidades	749
4. O erro judiciário e a coisa julgada	751
5. A revisão <i>pro societate</i>	753
6. A revisão criminal no Brasil	754
7. A natureza jurídica	756
8. Pressuposto primordial da revisão	758
9. Oportunidade	758
10. Legitimidade	759
11. Pode o Ministério Público requerer a revisão?	761
12. A revisão e a decisão do Júri	761
13. Competência	764
14. Os fundamentos do pedido	765
15. Extinção da punibilidade	767
16. Unificação de penas	768
17. Revisão para aumentar a pena	769
18. Pode o Tribunal conceder mais do que lhe foi pedido?	769
19. Precisa o condenado recolher-se à cadeia?	770
20. Conversão em diligência	770
21. As regras dos arts. 621 e 626 do CPP	771
22. Absolvição e revisão	772
23. Prazo	772
24. O pedido	772
25. Procedimento	773
26. Julgamento	775
27. Improcedência	775
28. Procedência	776
29. Conseqüências	777
30. Anulado o processo, poderá ser aumentada a pena?	777
31. Reiteração	780
32. Sentença estrangeira	781
33. A Justiça Eleitoral	781
34. Morte do condenado	781
35. A indenização. Nota	782

CAPÍTULO 29

DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

1. Noções gerais	784
2. Recurso extraordinário: conceito	784

3. A denominação “extraordinário”	786
4. Outras funções do STF	787
5. Quando é cabível o recurso extraordinário?	788
6. Legitimidade	789
7. Procedimento	790
8. Denegação. Recurso oponível	793
9. Procedimento no juízo <i>ad quem</i>	794
10. Problemas especiais. O prequestionamento	795
11. Recurso extraordinário e recurso especial	796
12. Modelo	799
13. Súmulas do STF em matéria criminal	803

CAPÍTULO 30

DO RECURSO ESPECIAL

1. O recurso especial	813
2. Quando cabe	813
3. Finalidade	820
4. Procedimento	821
5. Denegação	823
6. Outras funções do STJ	824
7. Súmulas do STJ em matéria criminal	824
8. Súmulas do extinto TFR em matéria criminal	831
9. Modelos	832

CAPÍTULO 31

DOS AGRAVOS

1. Os agravos no processo penal	851
2. Histórico	851
3. O agravo de instrumento no processo penal	852
4. Modelos de agravo de instrumento	855
5. O agravo em execução	867
6. Modelo de agravo em execução	869
7. O agravo regimental	873
8. Modelo de agravo regimental	874
9. O recurso inominado	875

<i>Bibliografia</i>	877
---------------------------	-----